FILOSOFIA DA LINGUAGEM: A INTENCIONALIDADE EM AUSTIN E SEARLE

PHILOSOPHY OF LANGUAGE: THE CONCEPTION OF INTENTIONALITY IN AUSTIN AND SEARLE

Raquel Ribeiro Moreira¹

raquelmoreira@furg.br

Resumo: Este artigo toma o conceito de intencionalidade para tratar dos posicionamentos teóricos de dois autores importantes para o quadro da filosofia da linguagem. Tomados como parâmetros para teorias linguísticas de diferentes vertentes, os filósofos Austin e Searle são comumente associados a perspectivas teóricas semelhantes sobre um processo gradativo de construção da teoria dos atos de fala. Entretanto, como podemos observar no tratamento da noção de intencionalidade, por exemplo, o modo de percepção da realidade ‘mundo-linguagem’ é bastante diferenciado entre os dois autores, levando-os a pensarem sobre os modos de organização da linguagem, se não contraditoriamente, pelo menos como fortemente desiguais. Para Austin, a intencionalidade é uma das possibilidades de inserção do sujeito na língua que, como matéria relativamente autônoma, pode produzir enunciados os quais os sujeitos não controlam. De modo diverso, Searle vê a intencionalidade como o modo de organização da língua que, deste modo, está sujeita às arbitrariedades de um sujeito que lhe estipula a forma e a significação.

Palavras-chave: intencionalidade, sujeito, língua.

Abstract: This article takes the concept of intentionality to address the theoretical viewpoints of two important authors of the framework for the philosophy of language. Taken as parameters for different aspects of linguistic theories, philosophers Austin e Searle are normally associated with similar theoretical perspectives on a gradual process of constructing the theory of speech acts. However, as can be seen in the treatment of the notion of intentionality, for example, the mode of perception of reality ‘world-language’ is very different between the two authors, leading them to think about ways of organizing language, if not contradictory, at least as strongly unequal. For Austin intentionality is one of the possibilities of subject’s inclusion in language that are relatively autonomous and can produce enunciation without control of subjects. In different ways, Searle see intentionality as the mode of organization of the language, thus, is subject which stipulates the form and meaning.

Keywords: intentionality, subject, language.

1 Introdução

Após uma breve incursão nos estudos de Austin e Searle, percebemos diferenças significativas entre os dois teóricos, o que poderia causar estranheza, pois o que se ouve comumente é que Searle continuou a obra de Austin. Entretanto, o discípulo enveredou por

¹ Doutora em Estudos da Linguagem. Professora da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

caminhos diferentes daqueles que o mestre havia traçado. Toda a força da lógica simbólica da qual Austin se havia desamarrado por meio de uma longa trajetória de construção e desconstrução, retorna nos estudos de Searle, acrescentado de uma característica peculiar, a noção naturalista. Como Chomsky, Searle vê a linguagem como pertencente à biologia humana e, portanto, seu estudo deve dar-se da mesma forma daquele de qualquer outro órgão ou sistema do corpo.

Tal distinção de conceitos aparece também em relação à intencionalidade. O valor conferido ao estatuto da intencionalidade, em cada um dos dois autores examinados, é tão diverso quanto dizer que a linguagem é ação e a linguagem é uma seção do comportamento humano. Se, por um lado, relativiza-se, e até mesmo questiona-se o valor da intencionalidade, por outro, ele é determinante.

A intencionalidade caracteriza-se como propriedade daquilo que é intencional, ou seja, do que é realizado com intenção, com objetivo específico, com vontade, com desejo. Todas essas características, próprias do sujeito, apontam perspectivas teóricas em que a intencionalidade se apresenta como uma manifestação do sujeito na enunciação, ou seja, é uma das formas de inscrição do indivíduo no momento da fala.

O ser da fenomenologia se resume na radicalidade da consciência intencional, que dizer, daquela consciência que, feita a redução, se põe como absoluto visando algo, tendo consciência de e dando de ombros à imponderabilidade, ao inefável dos conteúdos empíricos; tal consciência, assim nua é propriamente um ato [...], isso não é um fenômeno à maneira kantiana, que admite a coisa em si, oculta e inacessível ao entendimento, mas liberto, constituído e visado pela consciência intencional (HOROWITZ, 1990, p. 73).

De acordo com Anscombe (1957), a primeira teoria de ação com evento explicado pelas correspondentes intenções e crenças deve-se a Aristóteles, que expôs suas considerações sobre o silogismo (o racionalismo) prático. Os seres humanos são processadores de informações descritivas e práticas acerca do mundo, de suas atitudes e de suas crenças; desse modo, as necessidades, objetivos e desejos dos indivíduos precisam de algum tipo de satisfação. Essa teoria de Aristóteles (silogismo) mostra como certos processos internos do indivíduo acabam desembocando na execução de uma ação determinada.

En el silogismo práctico se dan dos premisas: una expresa un deseo o intención (algo que el animal quiere o desea o necesita); la otra expresa una creencia u opinión (que tal tipo de acción concreta y posible aquí y ahora conducirá a la satisfacción de esse deseo o necesidad). De ambas se sigue con necesidad la acción correspondiente. El principio u origen de la acción está siempre en el deseo (o, mejor dicho, en jerga aristotélica, en el objeto deseado, tò orektòn), que es el verdadero motor práctico (ANSCOMBE, 1957, p. 17).

Essa primeira teoria de Aristóteles abre espaço para a constituição de uma teoria da intencionalidade em que os desejos e as crenças do sujeito 'calcem' o sentido do enunciado. A partir daí, define-se se a intencionalidade será mais um mecanismo que, sendo expressão da subjetividade, pode conduzir à significação, atuando no sentido de efeito de uma determinação que pode realizar-se ou não; ou a intencionalidade poderá constituir-se peça fundamental da produção de sentidos de um enunciado, recorrente e determinante de qualquer significação, propriedade intrínseca da 'harmoniosa comunhão' pensamento-mundo.

Se, ao trabalharmos com questões da intencionalidade, mobilizamos crenças, desejos, vontades, então a pergunta que fica é: de que natureza é a intencionalidade? Que aspectos linguísticos e filosóficos mobilizamos para tratar da intencionalidade? É um problema lógico ou psicológico? Segundo Ottoni (2002) são os dois:

É preciso observar que a descrição e a caracterização de coisas tais como "intenções" não representa um problema lógico, porém psicológico (pois, entre outras coisas, envolveria expectativas de comportamento e inferências de caráter prático). Há, contudo, um aspecto que embora não constitua um problema lógico pode receber um tratamento bastante próximo do que se pode considerar uma abordagem lógica (OTTONI, 2002, p. 31).

Assim sendo, a intencionalidade não possui um único viés de estudo. A sua 'paragem' pode dar-se em uma 'estação' aristotélica (Tópicos), como também pode desembarcar em uma estação cartesiana. Ou seja, relativizada ou intrínseca ao sentido, a questão da intencionalidade não é pacífica (como quase tudo) nos estudos da filosofia da linguagem; ela desperta dúvidas, receios, adesões e contraposições, entretanto não é a 'intenção' deste trabalho dizer que há uma fórmula correta de intencionalidade na linguagem; não se especifica se isso é certo ou errado, se essa visão é pior ou melhor, apenas se distinguem pontos de vista, o *valor* que se dá à intencionalidade.

2 A intencionalidade em Austin

Tratar da intencionalidade dentro do campo teórico do filósofo John Langshsaw Austin requer uma 'entrada' em suas concepções de língua e sentido, pois esses estão implicados naquela, ou vice-versa.

Austin, partindo de uma severa crítica aos lógicos analíticos, retoma as ideias de Wittgenstein, que vê a "lógica por condição de verdade" insipiente para tratar das questões da linguagem, só podendo servir, desse modo, para uma linguagem simbólica de enunciados assertivos.

Em "Investigações Filosóficas", Wittgenstein nega tudo o que havia feito na escola analítica, e passa a opor as relações entre significado e verdade. A partir de então, a linguagem não é mais vista como expressão do pensamento, tampouco é transparente e objetiva, mas funciona à semelhança de um jogo, em que o sentido não se dá como condição de verdade, mas como condição de uso. O significado não se constitui mais na universalidade, pois a significação é, nessas condições, uma experiência da subjetividade.

Ao resgatar essas rupturas, Austin as redimensiona: para ele, a linguagem verbal é comparada à ação material (física). A linguagem é uma ação (daí uma abordagem performativa: equivalência entre dizer e fazer); assim como o ato físico produz efeitos, a linguagem também produz; e esses efeitos intervêm no outro. Nesse 'jogo', a linguagem é fundamental, mas não é suficiente; a ela é preciso congrega o sujeito e a exterioridade.

Podemos afirmar, então, que quando analisamos a linguagem, nossa finalidade não é apenas analisar a linguagem enquanto tal, mas investigar o contexto social e cultural no qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a "racionalidade", enfim, desta comunidade, elementos estes dos quais a linguagem é indissociável. A linguagem é uma prática social concreta e como tal deve ser analisada. Não há mais uma separação radical entre "linguagem" e "mundo", porque o que consideramos a "realidade" é constituído exatamente pela linguagem que adquirimos e empregamos (AUSTIN, 1990, p.10).

Ao constituir as condições externas como essenciais na linguagem, Austin também defendeu o postulado da dependência da Linguística em relação à Filosofia, à História e às Ciências Sociais. Segundo Ottoni (2002), Austin revolucionou a filosofia analítica de seu tempo e questionou os postulados fundamentais da linguística enquanto ciência autônoma, promovendo uma grande discussão em torno da filosofia da linguagem. Ao questionar a supremacia do positivismo lógico nos estudos da linguagem, ele abriu caminho para o estudo da linguagem ordinária. Falando de seu lugar, Austin afirmava que o objetivo da filosofia analítica é estudar o funcionamento da linguagem antes de estabelecer modelos lógicos, ideais, que deem conta das questões filosóficas, manifestando, dessa forma, desinteresse pela linguagem ideal, o que toca diretamente um certo tipo de linguística e de filosofia.

E um dos pontos em que ele mais 'ataca' a ideia de idealidade é o das condições de verdade e falsidade. Para Austin, o critério de verdade ou de falsidade não tem condições de ser sustentado numa análise empírica - a verdade de um proferimento não é factual, não há uma simetria entre linguagem-significado e verdade. O autor isola o campo da verdade - premissa elementar para a lógica formal - da ordem do real: a verdade é apenas um recorte da realidade; não dá para tratar da verdade fora do campo de valores da realidade.

Quando se assume que a verdade não é a motivação absoluta da linguagem, quando se percebe que as condições externas são constitutivas, chega-se a uma noção de sentido que é cindido e que está num espaço de interpretação, ou seja, o sentido não é preciso, está sujeito à ordem da estrutura, à ordem externa da língua e às circunstâncias. Decorrente deste espaço 'aberto' de interpretação, o sentido defronta com a condição de *efeito da ambiguidade* - estando, portanto, sujeito à ordem do equívoco. O equívoco (ou a falha) é constitutivo da linguagem ordinária, porque é próprio do sujeito, e não uma manifestação eventual.

Pressupor que uma declaração possa ser pura, ideal, é pensar uma linguagem precisa, explícita, literal, o que não é verdadeiro, pois existe um espaço para a interpretação e nele a noção de verdade é apenas um recorte da realidade, é da ordem do real onde o efeito de sentido se produz com ou à revelia da intencionalidade do sujeito. Então, entende-se o equívoco como constitutivo da língua, e o sujeito intervém na língua onde a interpretação se instala, daí as ambiguidades, a multiplicidade de interpretações que não podem ser controladas por formas sintáticas (AUSTIN, 1990, p. 70).

A noção de equivocidade traz em seu bojo o conceito que queremos investigar, pois, segundo Austin (1990), a equivocidade está vinculada tanto à intencionalidade como à sua ausência. E não é somente a equivocidade que nos faz essa ponte, mas, e sobretudo, o sentido, já que, haja ou não intenção, há sentido. O sentido não necessariamente deve ser efeito de uma determinação, porque ele pode existir à revelia da intenção. Alarga-se desse modo a visão, pois não há simetria entre linguagem-pensamento-sentido e intencionalidade.

Sobre a questão da intencionalidade e sua relação com a significação, Forguson (1973) afirma que, para Austin, não é mais possível falar de uma intenção do sujeito, já que essa intenção não é e não pode ser unilateral.

To specify what the utterance means in the determinate sense involves, as we have seen, a specification of the speaker's intentions with respect to sense and reference, with intentions function within limits set by the conventions of the language (FORGUSON, 1973, p. 164).

Para suportar essa concepção de sujeito descentrado, Austin trabalha com a noção de *uptake* que, de acordo com Ottoni (2002), é o lugar do desmantelamento da intenção, isto é, em qualquer situação de fala não há o controle do sujeito sobre sua intenção, pois o sujeito é uma fusão com seu objeto.

Uma das características importantes da reflexão sobre a performatividade é, então, a questão do eu-sujeito e sua relação com o uptake, que estabelece uma nova concepção de referência e de intencionalidade (OTTONI, 2002, p.134).

Dessa maneira, o eu, para Austin, aparece como uma entidade extralinguística, um sujeito empírico, que, ao fundir-se com a linguagem, torna-se qualquer sujeito no mundo. Assim, qualquer enunciado tem implicitamente um sujeito, um eu que produz a fala. O significado do enunciado depende do sujeito e do momento de sua enunciação - daí a presença ou ausência da intencionalidade, pois a produção do enunciado está estritamente associada ao sujeito, mas não exclusivamente a ele, está também ligada à língua e à situação de produção deste enunciado, conseqüentemente a 'vontade' do sujeito pode ou não ser atingida; e isso porque Austin, de acordo com Ottoni (2002, p. 34), parte de um eu com a linguagem e chega a um "eu da linguagem e na linguagem". O eu não tem sozinho o domínio da significação: ele se constitui no momento de sua enunciação, na interlocução.

A linha divisória entre 'pessoas inadequadas' e 'circunstâncias inadequadas' não é necessariamente rígida e inflexível. De fato, o termo 'circunstâncias' pode ser tomado em tal extensão que acabe por abranger 'a natureza' de todas as pessoas participantes. Mas devemos distinguir os casos e m que a inadequação de pessoas, objetos, nomes, etc. é uma questão de 'incapacidade', dos casos mais simples em que o objeto ou o 'agente' é da espécie ou do tipo errado (AUSTIN, 1990, p. 44).

Essa constituição se dá também, para Austin, através da legitimidade do falante, de uma autoridade que permite ao falante produzir um enunciado com sucesso, ou "feliz", segundo a classificação do próprio autor. Instituído de autoridade, o falante consegue legitimar sua intenção, apesar do proferimento continuar dependendo de seu contexto; o que não ocorre com um falante 'desautorizado', em que nem mesmo o contexto, e especialmente a intenção, não são suficientes, ou legítimos, para a produção do proferimento. "Assim, se a pessoa é um juiz e diz "Julgo que...", dizê-lo é o mesmo que fazê-lo. Com pessoas sem funções oficiais isso já não é tão claro, podendo tratar-se apenas de um estado mental" (Austin, 1990, p. 81).

Dessa forma, o sujeito vai constituir-se não somente por meio das palavras, mas também das circunstâncias nas quais elas são empregadas. O que importa realmente não é o que o enunciado ou as palavras significam, mas sim a situação de sua enunciação, o sentido e o efeito que ela provoca. A linguagem não é capaz de dar conta do sentido de um proferimento somente pelos elementos linguísticos, pois o sentido não se conforma aos limites da língua. De acordo com Dorneles (2002), isso atesta a assimetria entre aquilo que o falante pretende (intencionalidade) e aquilo que o ouvinte produz como sentido, não de um proferimento, mas de uma enunciação.

Quero com isto dizer que as ações em geral, não todas, são passíveis, por exemplo, de serem executadas com dificuldade, ou por acidente, ou devido a este ou àquele tipo de engano, ou, mesmo, sem intenção. Em muitos desses casos não cabe dizer simplesmente que tal ato foi realizado ou, mesmo, que alguém o praticou (AUSTIN, 1990, p. 35).

O que é importante frisar é que, Austin, mesmo incorporando aos estudos da linguagem a subjetividade, alegando ser esta intrínseca à significação, não concede "as chaves do sentido" unicamente ao sujeito. Ao afirmar que o sujeito não controla o sentido, ao questionar e redimensionar os postulados analíticos da razão vs. emoção (instaurando a subjetividade) e da verdade vs. falsidade (alegando que o que há realmente são verdades) e ao colocar que o sentido é um efeito que pode acontecer com ou à revelia da intencionalidade, Austin rompe com o passado, mostrando-se um desconstrutor de uma filosofia tradicional e de uma linguística tradicional, além do que, ao abordar tais questões, aponta para uma possível aliança entre a filosofia e a linguística.

A intencionalidade em Austin é questionada, mas não desprezada. Ao afirmar que o sentido 'pode' dar-se à revelia da intencionalidade, ele aponta para um caminho novo, margeado pelos estudos da linguagem e jamais questionado por alguns teóricos (anteriores e posteriores a Austin); entretanto Austin não descarta a intencionalidade, não a rejeita, apenas afirma que ela, sozinha, não determina o sentido do enunciado.

[...] o sentido, como efeito de um ato ilocucionário pode ocorrer à revelia de uma intencionalidade e ser outro [...]. Austin não pode mais estabelecer uma relação biunívoca ente linguagem e ação e tomar simplesmente a última como efeito inequívoco da intencionalidade. Não se trata de negar o efeito, mas de não poder vinculá-lo mais a uma intencionalidade, à razão lógica (ZANDWAIS, 2002, p. 110).

Ao questionar o estatuto da intencionalidade, Austin desmistifica uma postura que, ao racionalizar a língua e o sujeito, transforma a linguagem em artifício superficial de uma estrutura autônoma e estabilizada. Desmistifica, ainda, uma postura hegemônica de sujeito - senhor do sentido, controlador dos efeitos; sujeito fictício, excluído da ordem do real. A intencionalidade passa a ser vista em um campo que ironiza a simetria entre linguagem e verdade, que assume a heterogeneidade da linguagem, constituindo a falha, o equívoco como parte da língua e fundamentando a exterioridade como essencial na produção de sentidos; enfim, neste frutífero 'jardim' teórico, a intenção é apenas mais um "barulho":

[...] the intentions are the speaker's intentions to produce noises which conform to the conventions in a certain way: his intention to produce a series of noises which counts as a sentence of the language (FORGUSON, 1973, p. 162).

Barulhos que, aliados às convenções, às situações discursivas e, até mesmo, às condições de legitimidade do sujeito, podem determinar os efeitos de sentido; entretanto é preciso, ainda uma vez mais, dizer que esse sentido - enquanto efeito - pode estar aproximado ou distanciado da intenção do falante.

Próxima ou distante, presente, mas não suficiente; assim se dá a intencionalidade para Austin. Ele parte de uma visão não reducionista de linguagem, desconstruindo a universalidade, a racionalidade lógica e a totalidade; articula-se no campo da prática, redimensionando a filosofia e a linguística, construindo e desconstruindo a sua própria teoria, ao mesmo tempo que a singulariza.

3 A intencionalidade em Searle

Searle foi aluno de Austin. Teoricamente, seu discípulo. Após a morte do mestre, Searle assumiu sua cadeira na Universidade de Oxford para dar continuidade aos trabalhos daquele. Entretanto, tal intuito não passou realmente de teoria; apesar de muitos estudiosos ainda hoje afirmarem que Searle deu continuidade aos estudos de Austin, ao olharmos mais atentamente, vemos diferenças significativas entre a teoria dos dois. Enquanto Austin desconstruía as evidências, Searle ratificava os fatos; enquanto Austin contemplava a equivocidade da língua, Searle contemporizava as regularidades da universalização... enfim, somente para lembrar mais uma das contradições, entre tantas ainda, enquanto Austin questionava o estatuto da intencionalidade, Searle a determinava como questão determinante para a produção dos atos de fala.

Ainda buscando o contraponto, como deriva de sentido, percebemos que, além de pontos de vista diferenciados, os dois autores têm perspectivas diversas também. Assim, ao prosseguir a obra de Austin, Searle a descaracteriza, 'puxando para um outro lado' a questão da linguagem como ação. Dorneles afirma:

Enquanto a preocupação de Austin é saber como as palavras constituem as coisas, Searle quer saber o que fazer para que as palavras descrevam as coisas com exatidão. Com isso, Searle sustenta a existência de uma simetria perfeita entre língua, sujeito e intenção. Para ele, a unidade mínima de comunicação linguística são os atos de fala que são produzidos com certas intenções adequáveis às possibilidades da língua. Há uma forte subordinação do dizer às normas dadas pela língua (DORNELES, 2002, p. 122).

Percebe-se que a intencionalidade é uma questão hegemônica na teoria searleana, e é necessariamente neste ponto que deixamos Austin, para quem, como dito anteriormente, o

estatuto da intencionalidade é questionável, e aportamos em terras analíticas na 'verificação' de construção de linguagem.

Para Searle, a linguagem é derivada da intencionalidade; ele trabalha com a hipótese de que a linguagem deve ser compreendida como comportamento intencional regido por regras. Ao produzir um som ou um sinal gráfico, queremos na verdade com eles dizer alguma coisa. É esse querer, a intenção, que impulsiona a comunicação. Ao fazer a conexão entre significação e intencionalidade, o autor reconhece o papel intrínseco desta última na constituição dos atos de fala.

Ao falar tentamos comunicar certas coisas ao nosso ouvinte, fazendo com que ele reconheça a nossa intenção ao comunicar precisamente aquelas coisas. Conseguimos o efeito pretendido no ouvinte fazendo com que ele reconheça a nossa intenção de atingir aquele efeito, e, assim que o ouvinte reconhece qual é a intenção que queremos atingir, ela é geralmente atingida. Ele entende o que estamos a dizer assim que reconhece a nossa intenção ao emitir com uma intenção de dizer aquilo (SEARLE, 1984, p. 60).

Contudo, Searle objeta que qualquer atitude, produção de som ou de sinal gráfico, apesar de sempre produzidos com uma intenção, constituam exemplos de comunicação linguística. Nem todo resultado de um comportamento intencional é adequado para o estudo dos atos de fala. O que realmente interessa, de acordo como Searle (1984), é que, na enunciação literal de uma frase, o falante pretende produzir um certo efeito, fazendo com que o ouvinte perceba a sua intenção de produzir aquele efeito, e, além disso, se ele estiver usando literalmente 'as palavras', pretende que essa percepção seja atingida em virtude do fato de que as regras para usar as expressões que ele emite associam a expressão com a produção desse efeito. Isso denota (para usar uma expressão de caráter literal) a onipotência do sujeito e a consequente subserviência de uma língua que, vista como um conjunto de regras, é utilizada como mero instrumento de expressão, a serviço da vontade e da intenção do falante. E, se porventura, o ouvinte não reconhece a 'intenção' do falante, o efeito pretendido dilui-se e a comunicação não ocorre, pois, para Searle, "dizer uma coisa e querer, efetivamente, significá-la, é uma questão de ter a intenção de executar um ato ilocucional" (1984, p. 83). Por exemplo, se o falante (F) tem a intenção de fazer algo (A) - uma promessa -, ele tem como premissa que é possível fazer (A), e, conseqüentemente, ele tem a intenção de que um ouvinte (O) entenda sua intenção, ou melhor, as duas intenções, a de fazer algo e a de que o ouvinte entenda que ele tem essa intenção. Por fim, F tem a intenção de que A produza um resultado em O. Apesar de parecer complicado para quem não está acostumado à ordem lógica, todo esse jogo

intencional não passa de convenções estabelecidas a priori, convenções essas que, a partir das intenções dos interlocutores, determinam a comunicação:

[...] o falante emite uma sentença e quer significar exata e literalmente o que diz. Há, portanto, uma intenção de produzir um certo efeito ilocucionário levando o ouvinte a reconhecer essa intenção pelo fato de o ouvinte ter conhecimento das regras que governam a emissão da sentença (SEARLE, 1995, p. 47).

A questão da Intencionalidade em relação aos estudos do comportamento humano (dentre eles a linguagem é apenas mais um, pois, segundo Searle, a consciência e a intencionalidade são parte da biologia humana tanto quanto a digestão ou a circulação sanguínea) é tão importante na teoria searleana, que chega até mesmo a postular uma possível teoria geral da intencionalidade, a qual abrangeria todos os estados mentais, incorporada em uma Filosofia da Mente.

Da mesma forma como a intencionalidade faz parte da biologia humana, para Searle, a Filosofia da Linguagem é um ramo da Filosofia da Mente. Segundo o autor (1995), certas noções semânticas fundamentais, como o significado, são analisáveis em termos de noções psicológicas ainda fundamentais, como a crença, o desejo e a intenção. Neste cerne, a Intencionalidade é direcionalidade; ter a intenção de fazer algo é apenas uma forma de intencionalidade entre outras.

A Intencionalidade é aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo [...]. Sigo uma antiga tradição filosófica ao chamar "Intencionalidade" essa característica de direcionalidade ou aproximação (SEARLE, 1995a, p. 1).

A tendência da análise lógica explica a linguagem em termos de intencionalidade, daí a afirmação de Searle de que a linguagem deriva da intencionalidade. A partir disso, o teórico (1995a) aponta alguns pontos de semelhança entre os estados intencionais - isto é, crenças, desejos, medos, esperanças etc. - e os atos de fala.

1. A distinção entre o conteúdo proposicional e a força ilocucionária, familiar no contexto da teoria dos atos de fala aplica-se aos estados Intencionais. Neste, tem-se igual necessidade de distinguir entre o conteúdo representativo (que seria o conteúdo proposicional na teoria dos atos de fala) e a maneira ou modo psicológico (que seria a força ilocucionária) em que sem tem esse conteúdo representativo.

2. A distinção entre as diferentes direções de adequação, Searle (1995a, p. 11) a exemplifica da seguinte forma: se as crenças se revelam equivocadas, a falha reside nelas e não no mundo, tal como é demonstrado pelo fato de que se pode corrigir a situação mudando-

se as crenças. É responsabilidade da crença, por assim dizer, corresponder ao mundo e, ali onde essa correspondência não ocorre, corrige-se a situação mudando a crença. Entretanto, se não se realizarem as intenções ou os desejos, não se pode simplesmente corrigir a situação mudando a intenção ou o desejo. Nesse caso, a falha é do mundo, se este deixar de corresponder à intenção ou ao desejo.

3. Um outro ponto de semelhança entre os estados Intencionais e os atos da fala é que, na realização de cada ato ilocucionário com um conteúdo proposicional, expressa-se um certo estado Intencional com esse conteúdo proposicional, e esse estado Intencional é a condição de sinceridade desse tipo de ato de fala, ou seja, a realização de um ato de fala é necessariamente uma expressão do estado Intencional correspondente.

4. Outro ponto ainda em comum é a noção de condições de satisfação. Parte do que torna um enunciado do modo como ele se constitui é o conjunto de fatos que o satisfazem. Por exemplo, se digo que está chovendo, para meu enunciado caracterizar-se como sincero, são necessárias determinadas coisas que o satisfaçam: haver um dia cinzento e molhado, e não um belo dia de sol.

Para Searle, é o conjunto desses elementos que fornece uma 'imagem' da Intencionalidade:

[...] todo estado Intencional compõe-se de um conteúdo representativo em um certo modo psicológico. Os estados Intencionais representam objetos e estados de coisas, no mesmo sentido em que os atos de fala representam objetos e estados de coisas (embora o façam por meios diferentes e de um modo diferente). Assim como meu enunciado de que está chovendo é uma representação de um certo estado de coisas, minha crença de que está chovendo é uma representação do mesmo estado de coisas (SEARLE, 1995a, p.15).

Segundo essa visão, não é possível fazer uma declaração sem expressar uma intenção, ou uma crença, ou uma esperança, pois todo ato de fala tem como condição essencial a satisfação de uma intenção, dito de outra forma, a significação de um enunciado depende das condições de satisfação de um estado intencional. Resumindo: intenção e significação têm o mesmo papel dentro da teoria searleana. Aí, há um paralelismo entre significado literal e estados intencionais, "já que a noção de significado literal de uma sentença é, em certo sentido, a noção de intencionalidade convencional e, portanto, fungível" (SEARLE, 1995, p. 204).

A linguagem e o significado constituem, ambos, uma forma de Intencionalidade. Dentro da teoria geral da Intencionalidade, que tem uma estrutura lógica, o significado é

considerado como um desenvolvimento especial de formas mais primitivas de intencionalidade, é um tipo de intencionalidade.

A intenção de fazer um enunciado específico deve determinar o que passa por verdade do enunciado, ou seja, um enunciado será verdadeiro se a crença expressa for verdadeira. Revisitando essa mesma ideia, diríamos que a mente impõe ao ato de fala as condições da intencionalidade.

O fato de as condições de satisfação do estado Intencional expresso e as do ato de fala serem idênticas sugere que a chave do problema do significado é perceber que, na realização do ato de fala, a mente impõe intencionalmente à expressão física do estado mental expresso as mesmas condições de satisfação do próprio estado mental. A mente impõe Intencionalidade à produção de sons, sinais gráficos etc., pela imposição das condições de satisfação do estado mental à produção dos fenômenos físicos (SEARLE, 1995a, p. 229).

Ao dimensionar os aspectos intencionais em uma análise, Searle elenca algumas condições de adequação para tal estudo.

1.^a- A existência de um nível duplo de Intencionalidade na realização do ato de fala, um nível do estado psicológico expresso na realização do ato de fala e um nível da intenção com que o ato é realizado e que faz dele o ato que é. Searle chama tais níveis de condição de sinceridade e intenção de significação.

2.^a - As condições de satisfação do ato de fala e as condições de satisfação da condição de sinceridade são idênticas. Essa condição baseia o estudo de Searle em que a intenção de significação deve explicar por que o conteúdo desta deve determinar que o ato de fala e as condições de sinceridade tenham as condições de satisfação que têm e que elas sejam as mesmas.

3.^a - É preciso estabelecer uma distinção entre comunicação e representação. Comunicar é uma questão de produzir certos efeitos nos ouvintes, mas pode-se ter a intenção de representar algo sem a menor preocupação quanto aos efeitos sobre os ouvintes. Nos estudos de Searle, a representação é anterior à comunicação e as intenções de comunicação - parte daquilo que se comunica é o conteúdo das próprias representações, mas pode-se ter a intenção de representar algo sem ter a intenção de comunicar.

4.^a - A Intencionalidade da mente não só cria a possibilidade do significado, como também limita as suas formas - o modo como a linguagem representa o mundo é uma extensão e uma realização do modo como a mente o representa. Assim, as possibilidades e limitações do significado derivam da intencionalidade da mente.

"Dizer uma coisa e querer significá-la é uma questão de dizê-la com as condições de satisfação intencionalmente impostas ao enunciado" (SEARLE, 1995, p. 236). Ao afirmar isso, Searle estipula a primazia da intencionalidade em detrimento da língua e da significação. Um sentido só é produzido para satisfazer uma intenção. A opacidade do sentido, nesse caso, é um produto da intencionalidade do falante, é sempre um efeito intencional, não sendo jamais um equívoco do sujeito ou mesmo da língua. Aliás, uma das premissas searleanas é a de que 'tudo se diz na língua', ou melhor, qualquer coisa que se queira dizer pode ser dita. Para uma execução precisa de um ato de fala, já que para qualquer ato de fala possível há um elemento linguístico possível, cuja significação é suficiente para determinar a enunciação literal de uma intenção, usam-se as regras da língua, e se não for suficiente, é possível ainda "enriquecer" esta língua "introduzindo-lhe novos termos ou novas construções" (SEARLE, 1984, p. 30).

A perseguição de uma literalidade, de uma transparência e completude de língua é necessária para sustentar essa aproximação, que se torna fusão, entre mundo e pensamento, ou mundo-mente, seguindo uma teoria naturalista. A linguagem está a serviço da comunicação, e esta última é o meio de relacionar a mente - ou os estados intencionais - com as coisas do mundo.

Ao atribuirmos aos nossos seres a capacidade de Ter estado Intencionais, atribuímos também a capacidade de relacionar tais estados Intencionais a objetos e estados de coisas no mundo. A razão para tal é que um ser capaz de Ter estados Intencionais deve ser capaz de uma consciência das condições mediante as quais são satisfeitos seus estados Intencionais (SEARLE, 1995a, p. 247).

Ao postular o estatuto da intencionalidade como determinante para a produção de atos de fala - especialmente os atos de fala indiretos - Searle confere um papel secundário à linguagem. Trabalhando com um sujeito irreal e uma língua instrumento, o autor desconsidera a equivocidade da língua, os efeitos obtidos "acidentalmente" e a instabilidade do jogo linguístico. Ao expurgar dos estudos da linguagem tudo o que é 'incontrolável', ele somente não continua a obra de Austin, mas, acreditamos, dá dois passos para trás.

4 Conclusão

Pensar nos estudos da linguagem é percorrer um caminho que se cruza com a linguística, com a filosofia, com a psicologia e até mesmo com a biologia. Delimitar, e por isso limitar, exatamente o campo específico de atuação (produção, uso e estudo) da linguagem é impossível sem filiar-se a uma postura científica, histórica e ética. Esses são os 'ingredientes'

de base de uma corrente teórica; se o 'ponto de vista cria o objeto', esse ponto de vista é construído e articulado a uma série de questões bem mais amplas do que possíveis intenções, crenças e certezas.

Austin mostrou mais claramente esse caminho. Ao construir sua teoria, numa trajetória de desconstruções, acabou por mostrar-se. Sua escrita é permeada pelos avanços, tropeços e recuos que um teórico traça, especialmente um filósofo, na construção de uma teoria. Já Searle não, sua escrita é firme e convicta - na medida em que se pode dizer que isso é possível -, sempre em frente, com a certeza de aonde o caminho irá dar. Mas isso não o isenta da dúvida, do inesperado, da mudança.... Elas somente não são mostradas.

Essa postura pode ser reconhecida no valor atribuído à Intencionalidade em cada um dos autores analisados. Austin é o teórico da possibilidade constante de mudanças, aquele que, ao tentar construir regras para controlar a linguagem, enreda-se e rende-se à onipotência desta, mas uma onipotência sujeita à equivocidade, à falha, à ambiguidade, portanto incontrolável a partir de regras. Dessa constatação, surge a evidência de que não há simetria entre pensamento-intenção e linguagem. O sujeito não controla a língua, portanto os efeitos de sentido podem acontecer à revelia da intenção. Ao admitir a equivocidade da língua, remete-se para o ambíguo, que é o lugar interno da resistência, e, desse modo, incoerente com uma visão de onipotência do sujeito, o que leva a um questionamento do estatuto da intencionalidade. Ressalta-se que Austin não nega o efeito da intencionalidade, ele expõe, a partir do constructo teórico que o ampara, a relação não necessária entre intenção e significado.

Em contrapartida, Searle posiciona-se com a certeza que lhe é peculiar em relação à intencionalidade. Para ele, essa questão é ponto pacífico: a intencionalidade é intrínseca à realização dos atos de fala. E vai além, a intencionalidade é intrínseca a todo comportamento humano, necessitando de uma teoria geral que partilhe as premissas da biologia. Na teoria searleana, toda a linguagem é produzida com intencionalidade, pois o sujeito é remanescente da lógica cartesiana, portanto onipotente, controlador e determinante do sentido; e o mecanismo que esse sujeito "senhor de si" usa para garantir sua enunciação literal é a intencionalidade. Dessa forma, tem-se uma língua higienizada, em que se expurgam as impurezas da falha e do ambíguo. A diferenciação primordial, a nosso ver, se dá no fato de Austin buscar uma teorização do campo da praxis, enquanto Searle se volta para o formalismo e para o psicologismo individual.

Dessa forma, sintetizamos o valor da intencionalidade nestes teóricos parafraseando Zandwais (2002), quando a autora afirma que a Intencionalidade é condição de hegemonia para Searle, mas somente questionada por Austin.

Referências

- ANSCOMBE, G.E.M. *Intentions*. Blackwell, 1957. 193p.
- AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 211p.
- _____. *Philosophical papers*. 3rd. ed. Oxford University Press. 1979. 229p.
- DORNELLES, Elizabeth F. De onde vem a força ilocucional? In: *Ensaio: relações entre pragmática e enunciação*. ZANDWAIS (org.). v. 17. Porto Alegre: Sagra/Luzzato, 2002. p. 116-128.
- FORGUSON, L.W. *Locutionary and illocutionary acts. Essays on J.L. Austin*. Oxford: Clarendon Press, 1973. 234p.
- HOROWITZ, Amir. Intentional and physical relations. In: *Manuscrito - Revista Internacional de Filosofia*. v. 13. Campinas, 1990. p. 58-94.
- OTTONI, Paulo. John Langshaw e a visão performativa da linguagem. In: *Revista Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. São Paulo: Educ, v. 18, n. 1, 2002. p 29-66.
- SEARLE, John R. *Os actos de fala*. Coimbra: Almedina, 1984. 127 p.
- _____. *Expressão e significação*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 165p.
- _____. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995a. 102p.
- ZANDWAIS, Ana. Tratamento das significações não-literais. In: *Ensaio: relações entre pragmática e enunciação*. ZANDWAIS (org.). v. 17. Porto Alegre: Sagra/Luzzato, 2002. 178p.